



As opressões antinaturais sofridas pelas mulheres: ensaio a partir do feminismo materialista

The unnatural oppressions suffered by women: an essay based on
materialist feminism

*Vanessa Blaudt*¹

*Mary Rangel*²

*Marcio Caetano*³

RESUMO

Neste texto, o objetivo é o de dialogar com as perspectivas teóricas do feminismo materialista francês, iniciadas durante a década de 1970, clarificando a opressão da *classe das mulheres* – intencionalmente operada e, sob a (falsa) designação da natureza, justificada.

Palavras-chave: Teoria Feminista. Feminismo Materialista. Opressão Material. Classes de Sexo.

ABSTRACT

The present text aims to dialogue with the theoretical perspectives of French materialist feminism, born during the 1970s, clarifying the oppression of the class of women – intentionally operated and, under the (false) designation of nature, justified.

Keywords: Feminist Theories. Materialist Feminism. Material Oppression. Classes de Sexo.

* * *

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: valb.edfisica@gmail.com.

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e aprofundamento de estudos em nível de Pós-Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora Nível 1D do CNPq. Professora Titular de Didática da Universidade Federal Fluminense e Titular da Área de Ensino-Aprendizagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: mary.rangel@lasalle.org.br.

³ Pós-doutorando no PROPED-UERJ (PNPD-CAPES), doutor em Educação pela UFF, Líder do Nós do Sul: Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Identidades, Currículos e Culturas, Professor no Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Universidade Federal do Rio Grande – FURG–Brasil. E-mail: mrvcaetano@gmail.com.

Introdução

Neste ensaio teórico, acham-se argumentações motivadas pelo feminismo materialista e pelo intuito de descortinar as muitas e severas opressões materiais sofridas pela nominada *classe* das mulheres. Ao mergulharmos nesse debate, ansiamos, sobremaneira, promover reflexões alusivas a circunstâncias passadas e atuais impostas às mulheres, estruturando, dessa maneira, novos conhecimentos.

É cabível dizer que sempre existiram, sob diferentes perspectivas, mulheres incomodadas com as condições desfavoráveis a elas impostas em comparação aos homens. Tal fato se amarrou sobremaneira à edificação dos movimentos feministas a partir da primeira metade do século XX, mas diretamente influenciadas pelos movimentos sufragistas e pelas participações de mulheres nas revoluções burguesas ocorridas entre os séculos XVIII e XIX.

A Inglaterra do século XIX é apontada por muitas autoras como o berço da chamada primeira onda feminista. Nessa época, o cerne das inauguradas reivindicações guiava-se em prol do direito ao voto. Em especial, no Brasil, as chamadas *sufrajetes* estiveram sob a liderança de Bertha Lutz, importante cientista que principiou também aqui na luta pelo voto (PINTO, 2010). Esse feminismo deu lugar, já na década de 1960, mais especificamente nos Estados Unidos, na Europa e em alguns países da América Latina, a exemplo do México⁴, a novas orientações e demandas, facultadas pela segunda onda feminista. Esse novo tempo foi influenciado sobremaneira pela obra da americana Betty Friedan, de título *Mística feminina*, publicada em 1963. A “mística feminina”, argumenta ela, impunha às mulheres um compromisso único (e manipulador): o de exercerem sua feminilidade e, assim, se reservarem exclusivamente ao ambiente doméstico, atuando como mães e esposas (FRIEDAN, 1971). A partir dessa evidência, as mulheres começaram a conscientizar-se de seu cenário limitante e a agir, fazendo surgir

⁴ No que se refere ao direito universal ao voto no México, ele é uma conquista recente. Apenas no ano de 1953 se reconheceu nacionalmente o voto das mexicanas. Entretanto, alguns estados reconheceram o direito do voto feminino já era uma conquista na década de 1920. Se na legislatura de 1958-1961 elas eram 4,9%, na atual legislatura elas somam 51% do Senado e 49,1% na Câmara dos/as Deputados/as.

“um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres” (PINTO, 2010, p. 16). Junto a isso, agregam-se, nos contextos estadunidense e francês (diversamente do Brasil, que vivenciava os prenúncios do golpe militar de 1964), inúmeros acontecimentos sociais que facilitaram bastante a promoção de movimentos libertários com foco em uma causa identitária (PINTO, 2010).

Nos anos 1970, o nominado *feminismo materialista francês*, aproveitando-se de tais cenários, surge com força e promove discussões originais, precipuamente no que concerne à *diferença dos sexos* e a toda uma gama de relações de poder, apropriação, exploração e opressão na relação entre homens e mulheres, constantemente *naturalizadas*. Como explicam Ochy Curiel e Jules Falquet (2005, p. 3), foi no ânimo do Movimento de Liberação das Mulheres, e em afinidade com ele, “que um pequeno grupo de feministas de tendência ‘radical’ do movimento francês, unido em torno da revista *Questions Féministes*⁵, conseguiu em poucos anos desenvolver um conjunto teórico especialmente denso e convergente”.⁶ O enfoque elegido foi a análise do sexo (ou a existência de homens e mulheres) como um fenômeno de classe, permeado sobretudo pela estruturação simultânea de uma teoria absolutamente antinaturalista.

Guiando-nos por esse cenário, o objetivo deste texto é o de privilegiar as perspectivas teóricas iniciadas durante a década de 1970, clarificando, a partir das teorias de Christine Delphy, Colette Guillaumin e Monique Wittig, algumas protagonistas⁷ do feminismo materialista francês, a opressão da

⁵ A revista *Questions Féministes* foi fundada em 1977, no auge do movimento feminista francês, por Simone de Beauvoir, Christine Delphy, Colette Capitan-Peter, Emmanuelle de Lesseps, Nicole-Claude Mathieu e Monique Plaza (FALQUET, 2006).

⁶ Tradução livre de: “[...] que un pequeño grupo de feministas de la tendencia ‘radical’ del movimiento francés, unido alrededor de la revista *Questions Féministes*, logró en unos cuantos años desarrollar un conjunto teórico especialmente denso y convergente”.

⁷ Para aprofundar as reflexões do feminismo materialista francês, ver, por exemplo, Curiel e Falquet (2005). Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu (1937-2014), antropólogas e sociólogas, integraram, nos anos 1970, o núcleo central desse movimento. Algumas reflexões dessas feministas são trazidas por Ochy Curiel e Jules Falquet em uma compilação intitulada *El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas*, publicada em 2005. As autoras preceituam que Tabet, em dois importantes textos, *La construction sociale de l'inégalité des sexes* (1998) e *La grande arnaque* (2005), trabalhou principalmente no conceito de subequipamento material das mulheres em relação aos homens, reprodução forçada e sexualidade. Para Tabet, na maioria das sociedades conhecidas, a divisão desigual do trabalho opera livremente. Por sua vez, Nicole-Claude Mathieu engendrou uma robusta teoria sobre a definição das

classe das mulheres – intencionalmente operada e, sob a (falsa) designação da natureza, justificada. O desígnio desse pensamento é derrubar afirmações naturalizantes a respeito de as mulheres e as suas capacidades serem *por natureza* inferiores aos homens e, outrossim, elucidar que nem eles, tampouco elas, são um grupo natural, ou orgânico, ou possuidor de uma essência preconcebida; ambos são exclusivamente *classes sociais* antagônicas, que instituem *relações de classes* sociais, materiais e históricas.

Deveras, o apoderamento do passado e, sobretudo, as construções (frise-se) humanas e, portanto, intencionais no que concerne as tantas condições degradantes as quais foram e são as mulheres submetidas, se constitui em uma marcha importante para a promoção de embates mais visionários e menos simplistas da realidade.

Opressões intencionalmente edificadas

Primeiramente, introduzimos a socióloga feminista Christine Delphy. Ela foi uma das partes percussoras de tal perspectiva e promoveu contribuições importantes para o feminismo ao desnudar o *patriarcado*, que será aqui concebido como “uma formação social em que os homens detêm o poder”, constituindo-se assim um sinônimo de dominação masculina ou de opressão das mulheres (HIRATA, 2017, p. 16). Associada ao Movimento de Liberação das Mulheres, principal grupo social feminista na França, Delphy, já em 1970, publicou o texto *O inimigo principal: a economia política do patriarcado*, no qual ela afirma que a *classe social das mulheres* vem sendo produzida na relação de exploração do trabalho doméstico a elas imposto pelo poder dos homens. Nesse escrito a socióloga francesa contrapõe-se às orientações marxistas para a análise da opressão feminina e crê fortemente na existência de lacunas dentro de tal relacionamento, que são delineadas da seguinte forma:

categorias de sexo e gênero como variáveis sociológicas. Em seu texto *Identité sexuelle/sexuée/de sexe? Trois modes de conceptualisation du rapport entre sexe et genre* (1989), Mathieu explora três maneiras de conceituar o relacionamento entre sexo e gênero. Para ela, em termos gerais, as sociedades organizam sempre um sexo e um gênero, que permanecem em uma posição hierárquica inferior (e oprimida), a das mulheres.

[...] a opressão das mulheres é vista como uma consequência secundária à (e derivada da) luta de classes tal como definida atualmente – ou seja, apenas da opressão dos proletários pelo capital; a opressão das mulheres onde o capitalismo enquanto tal foi destruído é atribuída a causas puramente ideológicas – o que implica uma definição não marxista e idealista da ideologia como um fator que pode subsistir na ausência de uma opressão material que ela serve para racionalizar. Esses postulados entram em contradição com a dinâmica do movimento; a tomada de consciência, por parte das mulheres, de uma dupla exigência, teórica e política: buscar as razões estruturais que fazem com que a abolição das relações de produção capitalista em si não baste para libertá-las; constituir-se como força política autônoma (DELPHY, 2015, p. 100).

Diante de tais incômodos, a autora deixa explícito o seu propósito, que é o de construir as “bases para uma análise materialista da opressão às mulheres” oportunizada pela exploração patriarcal (DELPHY, 2015, p. 101). Ela argumenta que as opressões materiais direcionadas à *classe social das mulheres* precisam ser observadas com olhares reformados. Para tanto, primeiro, é preciso afastar a compreensão ingênua de que as tantas posições desiguais existentes entre o homem e a mulher são uma consequência secundária da luta de classes capitalista (isto é, da dominação dos proletários pelo capital). Segundo, é imperioso denunciar a *divisão sexual do trabalho*, que aprisiona as mulheres no mundo *capitalista patriarcal*.

Com essa teorização, Delphy (2015) quer evidenciar que a opressão imposta à classe das mulheres se produz reiteradamente com a exploração do modo de produção doméstico. As obrigações do lar (tarefas destinadas *por natureza* às mulheres), diz ela, fazem parte também da produção de bens de uma sociedade, mas padecem de remunerações e, por isso, devem ser classificadas verdadeiramente como um *trabalho servil*. Delphy (2015) sugere então a existência de dois sistemas antagônicos e desequilibrados de produção, que se mantêm, em parte, encobertos por tematizações marxistas e, em parte, impulsionados pelo patriarcado: 1) o sistema industrial de produção, remunerado e promotor da exploração capitalista; 2) e o sistema familiar de produção, cujas tarefas domésticas, incluindo a reprodução e a criação dos filhos, não remuneradas, correspondem à exploração patriarcal.

Para a autora, é sobretudo a exploração patriarcal a opressão comum, específica e principal prescrita à classe das mulheres, e justifica:

[...] *comum* porque atinge todas as mulheres casadas (80% em qualquer momento); *específica* porque a obrigação de fornecer serviços domésticos gratuitos é só das mulheres; *principal* porque, mesmo quando elas trabalham “fora”, o pertencimento de classe derivado é condicionado por sua exploração enquanto mulheres (DELPHY, 2015, p. 116, grifos da autora).

É pertinente ao feminismo, por fim, realizar uma “análise de classe das mulheres” (DELPHY, 2015, p. 101). Trata-se de um engenho com o escopo de rechaçar os desígnios naturalistas e, é claro, cerceadores que vêm perseguindo-as. O fundamento da opressão delas não se origina da biologia dos corpos, nem é uma condição explicável apenas pelo mundo capitalista e a ele circunscrito. Ele é, enfatiza Delphy (2015), de fato, a própria exploração e dominação masculina e deve ser buscado nos posicionamentos hierárquicos de homens e mulheres.

Por sua vez, Colette Guillaumin (1934-2017), socióloga e pesquisadora francesa, com sua relevante atuação no feminismo materialista francês, sustentou fielmente a oposição ao naturalismo e à apropriação das classes sociais, ampliando a discussão de Delphy. Guillaumin esteve atenta aos debates feministas, mas também lançou as suas investigações sobre as questões de raça e racismo. Em um possível paralelo por ela proposto, acham-se, de um lado, as mulheres, *apropriadas* inteiramente pelos homens e por um contrato restritivo (o casamento), e, de outro lado, os escravos do século XVIII, que, ao serem considerados ferramentas, também são *apropriados* (GUILLAUMIN, 2003). A produção da autora toca em um artifício muito utilizado por grupos que reservam para si domínio e poder: a naturalização das opressões. Diante disso, Guillaumin (2003, p. 150) recomenda veementemente que “a invenção da ideia de natureza não pode ser separada da dominação e da apropriação dos seres humanos”. Ela luta para desconstruir as concepções biológicas, naturais e enraizadas tanto de sexo quanto de raça, chegando a sublinhar que a opressão, sob o nome falso de

naturalismo, tão difundida e aceita, pode ser chamada de duas formas: racismo e sexismo.

Anuncia Guillaumin (2003) que é a própria construção de uma *ideologia naturalista* que autentica e ordena a apropriação de mulheres e escravos como sendo uma dinâmica natural, alicerçada em destino biológico. Por meio do que Guillaumin (2003) nomina de *marca natural* – concebida como o nascedouro das relações sociais –, destinam-se os lugares onde os distintos grupos sociais se acomodam. Supõe-se, frente a isso, que são as qualidades ou capacidades internas de cada grupo ou indivíduo que determinam as relações sociais hierárquicas e desiguais, ou, dito de outra forma, as características físicas daqueles que vêm sendo apropriados são propositalmente consideradas o critério da usurpação que sofrem. Exatamente dessa maneira, diz Guillaumin (2003), o importante filósofo Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), em sua obra *A política*, já previa: os escravos teriam corpos naturalmente fortes para as tarefas domésticas, mas não os homens livres, tornando-se, assim, inúteis para tais afazeres.

A leitura das teorizações de Guillaumin (2003) permite-nos apreender o quanto o discurso naturalista se associa a uma visão *utilitária* de certos indivíduos e grupos, por sentenciá-los *objetos* de apropriação e dominação. Tais objetos estão sempre acomodados onde devem estar e são usados como o destino lhes ordenou. Eles são moldados. Essa é a sua restritiva e natural finalidade, que acompanha as relações de poder nas sociedades. Guillaumin (2003, p. 211), com tamanha precisão, diz: “a natureza, aquele recém-chegado que substituiu os deuses, estabelece regras sociais e chega a organizar programas genéticos especiais para aqueles que são socialmente dominados”.

Especialmente no que concerne ao processo de apropriação da classe de mulheres por aquela dos homens, Guillaumin (2003) nomina-o de *sexagem*, apresentando um novo conceito. Nesse processo tão bem orquestrado, é o lugar onde mais se torna visível a *objetivação* das mulheres. Nele, ainda, elas são objeto-mulher (*woman-object*), ou são encaradas como objeto sexual (*woman-as-sex-object*). Guillaumin (2003) não deixa de precisar que lamentavelmente esse estado confinante e depreciativo no qual se encontram

as mulheres tem conhecimento e reconhecimento social. Afinal, há tempos a mulher, reunindo, nessa categoria de classe sexual, todas as mulheres, é acomodada nessa condição, e a filosofia antifeminista de Rousseau, lembra ela, mostrou-nos isso de maneira impecável quando conclamou a proposição segundo a qual as mulheres se destinam ao agrado dos homens. Daí resulta o argumento de Guillaumin (2003) de que as mulheres, de fato, não vêm tendo o uso de si mesmas, pois são uma *classe social apropriada* e aprisionadas estão em relações objetais. Ademais, elas se submetem a todo momento ao ser humano que possui o órgão sexual eleito privilegiado, o homem. Ele inclusive o utiliza como uma arma de sua *natural* bravura masculina nos tantos casos de estupro, por exemplo. Ao homem é reservado o controle da sexualidade e a faculdade e a liberdade de nelas despejá-la (GUILLAUMIN, 2003).

Na teoria de Guillaumin (2003), é interessante salientar que os mecanismos de naturalização utilizados por um grupo em detrimento de outro são a apropriação de uma classe social ou sexual por outra, fazendo emergir dois grupos distintos: os dominantes e os apropriados. Essas teorizações, enfim, insistem que as naturalizações implementadas precisam ser postas no contexto de relações sociais, que envolvem a apropriação de parcela dos seres humanos, de seus trabalhos e corpos. Os movimentos de naturalização e apropriação são análogos, ocupam o mesmo espaço dentro das sociedades e têm o mesmo intento: apropriar-se de grupos sociais (já naturalizados), enxergados como inferiores. Por tudo isso, de acordo com Guillaumin (2003), a *marca natural*, tomada como a origem das relações sociais, deve ser mirada a partir de seu enlace com apropriações, explorações e opressões atentatórias à vida.

Uma contribuição importante à discussão, no âmbito próprio do feminismo materialista francês, foi apresentada por Monique Wittig. Deixamos o reconhecimento de sua importância nas palavras de Louise Turcotte (2006, p. 9), para quem “se há um nome que está associado ao movimento francês de liberação das mulheres, é sem dúvida o de Monique

Wittig”⁸. No ano de 1978, a teórica feminista lésbica findou a sua participação na conferência anual da Associação de Linguagem Moderna em Nova Iorque com a sua corajosa frase “as lésbicas não são mulheres”. As suas lutas desacomodaram a lesbianidade, tomada pela teórica como uma prática política e não sexual, e combateram uma questão até então não mirada pelo feminismo: a heterossexualidade como regime político.

A série de ensaios escrita por Wittig (2006) constitui uma das maiores e mais explícitas apreciações sobre a heterossexualidade como um regime político, que orienta a desigualdade de poder entre os sexos. Em sua análise, aproximando-se de Delphy e Guillaumin, suas conterrâneas, o materialismo de Wittig desvela-se na destruição da seguinte ideia comum: as mulheres são um grupo natural. Com isso, ela manteve-se insistente nas reivindicações que se opunham ao uso da natureza para justificar as opressões, pois elas são, no final de tudo, segundo ela, sociais. Para a autora francesa, afinar as análises da opressão das mulheres à perspectiva materialista é compreender os homens e as mulheres como *classes*, o que significa dizer que as *categorias homem e mulher* são, de fato, categorias políticas, sociais, findáveis, momentâneas, não eternas, embora a diferença dos sexos se refira a indicadores biológicos.

O raciocínio desenvolvido por Wittig em seu ensaio *La catégorie de sexe*, publicado originalmente no ano de 1976, põe sob tensão um ponto indispensável: o sexo não é uma categoria invariável da natureza. Ele é investido política e discursivamente. Nesse escrito, Wittig (2006) inicia as estruturas de seus argumentos sublinhando ser acertado afirmar que é a opressão que produz o sexo, e não o contrário. O sexo se institui como uma categoria de dominação social das mulheres, exercida intencionalmente pelos homens. Essa dominação aufere força e triunfa quando se apoia em uma concepção fixa, segundo a qual a *categoria do sexo* e as qualidades físicas inerentes a homens e mulheres se instituem como uma diferença essencial aos seres humanos. Se há a presunção (errônea) de que existem dois sexos

⁸ Tradução livre de: “si hay un nombre que está asociado al Movimiento Francés de Liberación de las Mujeres, es sin duda el de Monique Wittig”.

inatos, que são natural, biológica, hormonal e geneticamente distintos, há também o afastamento das bases sociais dessa diferença. Pensar assim é deixar ao cuidado da inquestionável natureza a organização sem infortúnios da vida dos indivíduos, o que certamente seria um equívoco. A leitura desse ensaio esclarece que a feminista indaga a difundida diferença sexual, que, segundo os seus precisos termos, “funciona como censura em nossa cultura, mascarando, com base na natureza, a oposição social entre homens e mulheres” (WITTIG, 2006, p. 22).

Wittig (2006) avança em seus comentários e explicita que é a *categoria do sexo*, determinada biologicamente, a categoria principal fundadora da sociedade heterossexual. Ela, então, define a heterossexualidade como um regime político e um potente dispositivo ideológico, denominado *pensamento straight* (hétero), fundamento da *apropriação* da classe das mulheres. A diferença dos sexos e a relação social impositiva entre o homem e a mulher impõem a ela sobretudo um local cerceado na divisão sexual (e natural) do trabalho, cuja função *natural*, única e servil é a reprodução (incluídas a criação dos filhos e os afazeres domésticos), produção que autoriza os homens a apropriarem-se de todo o trabalho delas. A categoria do sexo, enfatiza Wittig (2006), é verdadeiramente uma categoria que determina a escravidão das mulheres e seu aprisionamento em uma sociedade hétero. Disso resulta o propósito dela, que é o de desorganizar a inevitável categoria do sexo, afastando a sua inexistência *a priori*, ou seja, antes da existência de práticas humanas. Tal intento se torna imperioso, pois desmancha verdades apoiadas firmemente em uma findada natureza, moldada como uma máscara para a supremacia masculina.

Wittig (2006) opõe-se aos discursos da heterossexualidade que agem sobre as pessoas oprimidas, afastando delas o reconhecimento da causa material de sua opressão e ditando a relação social obrigatória entre o homem e a mulher. Esses discursos oprimem e calam principalmente as lésbicas, as mulheres e os homens homossexuais, que se veem impossibilitados até mesmo de estruturarem as suas próprias categorias. Nos acertados termos de Wittig (2006, p. 49), os discursos que aludem ser a heterossexualidade o grande

sustentáculo da sociedade “falam sobre nós e alegam dizer a verdade num campo apolítico, como se qualquer coisa que significa algo pudesse escapar ao político neste momento da história”⁹.

Ela põe sua atenção no fato de o *pensamento hétero* ser o feitor de uma interpretação totalizante da história, da cultura e da realidade social. Essa ideologia tem a vocação de universalizar conceitos e modos de vidas, fundados obviamente sob o governo da heterossexualidade, injetando tudo isso a todos os indivíduos, a todas as épocas e sociedades sem piedade. O *diferente/outra* (ou simplesmente os que estão na posição de dominados), no pensamento hétero, é acomodado pela diferença dos sexos. É ela e a sua falsa noção ontológica de diferença que instituem a mulher como o diferente/outra. Para Wittig (2006), não há que se falar em ontológico quando o âmago das questões é a diferença, pois, na verdade, ela é exclusivamente um ato de dominação. Em razão disso, se a ideologia heterossexual impõe o diferente/outra, as categorias homem e mulher são extremamente nocivas, fomentadoras de exclusões, e não devem manter-se. De acordo com Wittig (2006, p. 54), “se nós, lésbicas e homossexuais, continuarmos a falar de nós próprias(os) e a conceber-nos como mulheres e como homens, estamos a ser instrumentais na manutenção da heterossexualidade”¹⁰. É preciso, pede ela, que quebreemos todo esse opressor *contrato heterossexual*, cuja principal manobra é se universalizar. E é rigorosamente o traço da *universalidade*, acompanhante há tantos séculos dos homens, que constrange e oprime as mulheres, porque elas, nas sociedades heterossexuais, se definem apenas a partir deles e dos papéis de sexo a ambos dados e *naturalizados*.

Diante disso, qual seria o destino das lésbicas se a categoria mulher findasse? Alheias aos contornos opressores do pensamento hétero, acham-se as lésbicas, que fogem da definição patriarcal do que é ser mulher (o que caracteriza uma mulher no patriarcado é a relação de sujeição junto a um homem). Elas estão além das categorias de sexo, homens e mulheres. As

⁹ Tradução livre de: “estos discursos hablan de nosotras y pretenden decir la verdad en un espacio apolítico, como si todo ello pudiera escapar de lo político en este momento de la historia, y como si en aquello que nos concierne pudiera haber signos políticamente insignificantes”.

¹⁰ Tradução livre de: “si nosotros, las lesbianas y gays, continuamos diciéndonos, concibiéndonos como mujeres, como hombres, contribuimos al mantenimiento de la heterossexualidad”.

lésbicas, argumenta Wittig (2006) de forma ousada, *não são mulheres*, pois elas não se mantêm em uma relação (desigual e oposicional) com um homem. Nessa orientação corajosa, apesar de algumas críticas recebidas¹¹, o lesbianismo emerge então como uma categoria autônoma que consegue afugentar-se da relação de subserviência com o homem. A feminista e teórica conduz as lésbicas para “fora da sociedade heterossexual, em um outro universo” (KATZ, 1996, p. 159). Disso resulta o seguinte: quando as lésbicas *abandonam* a heterossexualidade, a relação social entre o homem e a mulher, elas *abandonam* também a exploração que recai sobre a classe das mulheres.

Deixamos as palavras de Wittig (2006, p. 43):

[...] lésbica é o único conceito que conheço que está além das categorias de sexo (mulher e homem), pois o sujeito designado (lésbica) *não é* uma mulher nem economicamente, nem politicamente, nem ideologicamente. O que constitui uma mulher é uma relação social específica com um homem, uma relação que denominamos *servidão*, uma relação que implica obrigações pessoais e físicas e também econômicas (“subsídio de residência”, trabalho doméstico, deveres conjugais, produção ilimitada de filhos etc.), um relacionamento do qual as lésbicas escapam quando recusam tornar-se ou permanecer heterossexuais. Somos desertoras de nossa classe, assim como eram os escravos americanos fugitivos quando escaparam da escravidão e se tornaram livres. Para nós, isso é uma necessidade absoluta; nossa sobrevivência exige que nos dediquemos com todas as nossas forças para destruir esta classe – as mulheres – com a qual os homens se apropriam das mulheres. E isso só pode ser alcançado através da **destruição da heterossexualidade como um sistema social baseado na opressão das mulheres pelos homens**, um sistema que produz o corpo de doutrinas da diferença entre os sexos para justificar essa opressão (grifo em itálico da autora; em negrito, meu).¹²

¹¹ Ver o artigo de Cheshire Calhoun (1994). Para a autora, Monique Wittig falha ao dizer que é libertador o fato de as lésbicas não estarem em uma relação de servidão com um homem, pois, ainda assim, elas estariam sujeitas ao heterossexismo institucionalizado.

¹² Tradução livre de: “además, lesbiana es el único concepto que conozco que está mas allá de las categorías de sexo (mujer y hombre), pues el sujeto designado (lesbiana) *no es* una mujer ni económicamente, ni políticamente, ni ideológicamente. Lo que constituye a una mujer es una relación social específica con un hombre, una relación que hemos llamado *servidumbre*, una relación que implica obligaciones personales y físicas y también económicas (‘asignación de residencia’, trabajos domésticos, deberes conyugales, producción ilimitada de hijos, etc.), una relación de la cual las lesbianas escapan cuando rechazan volverse o seguir siendo heterossexuales. Somos desertoras de nuestra clase, como lo eran los esclavos americanos fugitivos cuando se escapaban de la esclavitud y se volvían libres. Para nosotras, ésta es una necesidad absoluta; nuestra supervivencia exige que nos dediquemos con todas nuestras fuerzas a destruir esa clase – las mujeres – con la cual los hombres se apropian de las mujeres. Y esto sólo puede lograrse por medio de la destrucción de la heterossexualidad como un sistema social basado en la opresión de las mujeres por los hombres, un sistema que produce el cuerpo de doctrinas de la diferencia entre los sexos para justificar esta opresión”.

Com a apreciação atenta dos escritos inovadores e audaciosos de Wittig (2006), é pertinente dizer que o lesbianismo é algo bem mais que sexo e se constitui, para ela, um instrumento político que tenciona a libertação da heterossexualidade obrigatória e da condição servil das mulheres. Frente a isso, *lésbica* também não é absolutamente uma identidade definida por suas práticas sexuais, mas é sobretudo uma *identidade política*, hábil a desmanchar relações sociais e de classes compulsórias. Esses argumentos colocam em destaque as teorizações da feminista lésbica, pois unem originalmente o pensamento hétero a um campo político e, portanto, sujeito às ações humanas.

Embasada em suas teorizações antinaturalistas, Wittig (2006) interroga também o que ela denomina *mito da mulher*, bastante difundido pelos opressores, em seu texto *No se nace mujer*. Ela contrapõe-se à ideia de que as mulheres são um grupo natural e irretocável e, por natureza, inferiores aos homens, porque é em tal presunçosa inalterabilidade que a origem da opressão das mulheres é achada. O ato de descortinar essa condição dada às mulheres faculta dizer que a *mulher não nasce mulher*. Ela pode tornar-se mulher ou distintamente lésbica. Guiando-se por esse raciocínio, Wittig (2006) se recusa sobremaneira a aceitar um critério biológico único e edificador das mulheres e afirma ser a civilização como um todo que exerce esse papel sentenciador e cerceador. A interpretação biológica da diferença sexual deve ser sempre observada através de fatos sociais e atos humanos, que vêm decretando a manutenção de um mundo androcêntrico, cujas supremacias masculina e heterossexual se enlaçam para oprimir quem delas desertam (WITTIG, 2006).

Wittig tem seus escritos bastante influenciados por sua conterrânea Simone de Beauvoir. Já na década de 1940, Beauvoir fazia uma crítica considerada precursora ao sujeito universal, que é o homem. Ela, ao analisar uma realidade apoiada na superioridade universal masculina, sentenciava que “o homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2000, p. 10). O horizonte sugerido é o abandono da pretenciosa particularidade

universal que acompanha o homem, que o institui como um ser *positivo* e *neutro*, e institui a mulher como um ser *negativo*, reduzindo-a a sua *diferença*.

Ademais, Wittig (2006), ao defender o antinaturalismo, não deixa de incluir em suas análises o termo *gênero*. Para a ativista, ele não importuna a heterossexualidade, autorizando a conservação das categorias (inatas) homem e mulher. O gênero é mais uma peça desse regime político e, inclusive, se constitui em um sinal linguístico que mantém o caráter oposicional dos sexos e a opressão das mulheres. Dessa forma, explica Wittig (2006), a manifestação do gênero se dá no momento em que se observa a manifestação da linguagem da própria pessoa que fala. O gênero, assim, é enquadrado aos pronomes classificados como pessoais, pois esses são uma esfera linguística destinada a designar os autores dos discursos. Quando existe um *eu* enunciador, uma fala *minha*, o gênero reforçará o sexo na linguagem ao qual o enunciador (ou enunciadora, excepcionalmente) pertence.

O gênero ou sexo fictício é considerado um atributo essencial dos seres humanos e deve ser caracterizado notadamente, adverte ela, no caso de as mulheres ocuparem o local da fala, pois a universalidade delas se afugenta. Wittig (2006), então, retoma também a universalidade masculina para falar do gênero e deixa evidente que os homens não vêm ao mundo com qualidades universais: se é assim que se opera, é porque foi posto e imposto. Na verdade, o universal foi apoderado pelos homens desde sempre e continua a sê-lo.

O gênero, em sua aparição na linguagem, no momento de fala, é muito prejudicial para as mulheres, porque representa um ato de violência, engendrado por uma classe dominante sobre uma classe dominada. Finalmente, ela não conclama a uma diferenciação entre a categoria política e discursiva do sexo – uma categoria que, de maneira impiedosa, escraviza mulheres, lésbicas e homossexuais homens – e o gênero (sexo fictício). Ela alude que o próprio sexo e as compreensões que dele se originam e por ele orquestradas acerca da pretenciosa diferença natural entre homens e mulheres já trazem consigo os traços de gênero.

Desacomodar a fixidez do sexo e o regime político por ele orquestrado, a heterossexualidade, propondo inclusive seus desmanches, foi um ponto

central de enfrentamento para essa teórica feminista lésbica. Para muito além disso, Monique Wittig abriu caminhos teóricos e políticos para um feminismo com análises de uma perspectiva claramente lésbica, que ganharia força nos anos 1970.

Mais contemporaneamente, os questionamentos sobre a naturalização das categorias *sexo* e *gênero* e de um presunçoso modelo entre *eles* causal a partir da década de 1990, em especial por Judith Butler, fazem-se presentes. A importância de suas análises para as questões das mulheres é auferida na busca por identidades variáveis do *sujeito* mulher, capazes de dessencializá-lo. Por isso, desafixar identidades impõe certamente pôr sob investigação o relacionamento entre sexo (biológico) e gênero (cultural e social). Em termos gerais, Tina Chanter (2011, p. 15), filósofa americana, afirma que “a distinção entre sexo e gênero tem servido bem ao movimento feminista” porque vem oportunizando o desmonte de conjunturas que se estruturaram intencionalmente sem a presença de mulheres, como, por exemplo, a vida pública. Elas, consideradas inferiores e irracionais, presenciaram o seu progresso apossado por afirmações naturalizantes que foram disseminadas, na verdade, por convenções, interesses, opiniões de uma ordem em que a proeminência do homem era o vetor que guiava as muitas sociedades.

A filósofa estadunidense Judith Butler, bem informada por princípios pós-estruturalistas, em especial pelo método da desconstrução¹³, e uma das principais representantes da teoria *queer*¹⁴, vem analisando o relacionamento entre sexo e gênero, a constituição essencialista das mulheres, e dispendo a heterossexualidade compulsória no âmago dos discursos hegemônicos. Admitindo, concomitantemente, o gênero como uma *performatividade*, algo fluido e mutável, ela abre um espaço para sustentar a concepção variável da identidade: “*mulher* é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim” (BUTLER,

¹³ Para aprofundamento sobre o método da desconstrução, ver, por exemplo, Joan Scott (1999).

¹⁴ A teoria *queer* (palavra que pode ser traduzida como “estranho”), desenvolvida nos anos 1980, apresenta uma reflexão sobre o gênero. Ela intenta destituir o binarismo composto pelo homem e pela mulher, aludindo ao caráter construído dos gêneros e apresentando, a partir de Butler (2015), a *teoria da performatividade*.

2015, p. 69). As palavras de Butler são intencionalmente guiadas para desabitar tanto o sexo de sua inventada imutabilidade quanto o gênero de sua mera “inscrição cultural de significado num sexo previamente dado” (BUTLER, 2015, p. 27). A autora liberta o sexo de sua interioridade naturalizada, libertando também os gêneros e abrindo o caminho, no mesmo movimento, para a subversão das identidades. Dessa forma, ela afirma:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nula. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (BUTLER, 2015, p. 27).

Certamente, diz ela, se o sexo fosse tão somente uma referência biológica sobre a qual a construção do gênero repousa, os gêneros seriam fundados de maneira binária, fortemente restritiva. A concepção binária das identidades de gênero reivindica uma relação causal e harmoniosa entre *sexo*, *gênero* e *desejo*, que, sob o comando da heterossexualidade compulsória, estável e oposicional, por um lado cria identidades de gênero coerentes e, de outro lado, “exige que certos tipos de identidade não possam existir”, diz Butler (2015, p. 44). Ela concorda que um modelo binário tanto de sexo quanto de gênero não precisa guardar uma presunçosa correspondência. Nesse ponto, ela dialoga com Foucault (1999) sobre a existência de uma *verdade* do sexo. As prescrições legais, imbuídas de poder, regulam o sexo e o gênero que supostamente se institui sobre ele, e fazem emergir licitudes e ilicitudes, ilustradas por esse regime binário (e heterossexual). Essas enunciações mobilizadoras de regras governam o sexo através da linguagem, ou, nos precisos termos de Foucault (1999, p. 80), “por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito”.

Nesse movimento de (des)enlace entre sexo *e/ou* gênero, um significado social, para Butler (2015), atravessa essa relação. Nesse sentido, se é certo que sexo e gênero se confundem, se ambos são construídos, ou se a identidade de gênero é entendida como uma relação estável entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (heterossexual), é ela que cria o sexo e o faz

impregnada de práticas discursivas cerceadoras. De acordo com tudo isso, Butler (2015, p. 56) evidencia que o sexo é “performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero” e já é performativo na constituição da identidade. Essa coerência impõe que não haja desvios na linha causal e contínua entre sexo biológico, gênero cultural e desejo heterossexual. Além de estar imersa em um movimento antinaturalista do sexo e de desacomodar o gênero, declarando sua fabricação por meio de *verdades* discursivas, ela ataca o corpo. Afirma Butler (2015, p. 235) que também o corpo e “os atos, gestos e atuações” que se manifestam nessa superfície corpórea são performativos. Assim, é cabível dizer que a constituição da identidade de gênero é performativa porque é fabricada em virtude das atuações dos corpos e dos discursos. Nos termos de Butler (2015, p. 236), se o gênero, com efeito, é uma “fantasia” que permeia os corpos, “então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável”.

As argumentações mais contemporâneas de Butler (2015) evidenciam a preocupação assídua das feministas com as imposições, sejam de cunho subjetivo ou objetivo, que recaem sobre as mulheres e a sua classe. Se essencializá-las e domá-las têm permeado, há séculos, as arquiteturas de (talvez) metade da raça humana, uma virada desse prisma poderá ser factível com o descortinamento e o desmoronamento de tais construções intencionais, que dividem a humanidade entre o homem e o *outro* (outras).

Considerações finais

Pormenorizar alguns pensamentos do feminismo materialista, evidenciando as lutas de Christine Delphy, Colette Guillaumin e Monique Wittig contra as bases do pensamento dominante, ou contra a opressão das mulheres, é um movimento essencial para que o tempo presente entenda as tantas disparidades entre homens e mulheres ainda tão atuantes na vida delas. Da mesma forma, as teorizações *queer* de Butler (2015) também

importam para que as práticas humanas estejam no cerne das construções das categorias sexo e gênero. Elas, intencionadas na naturalização e fixação da identidade do sujeito do feminismo, a mulher, e de todo um arsenal de conjunturas nocivas a elas destinadas, não se isentam de suas imensas colaborações. A *ideologia da natureza* – fazemos uso da expressão utilizada por Guillaumin (2003) para justificar as dominações e hierarquizações que são produzidas nas relações sociais – atravessou séculos e fez reféns, dentro de uma (prisão) categoria biológica, as mulheres. Essas pequenas amostras de argumentações, embasadas na desconstrução principalmente do (irrefletido) sexo, já na década de 1970, deixam claro que as causas da opressão e da apropriação de *classes sociais* não nascem acidentalmente da natureza, mas das relações sociais que atrás dela se escondem.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. v. 1 (Fatos e mitos).

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALHOUN, Cheshire. Separating lesbian theory from feminist theory. *Ethics*, Chicago, v. 104, n. 3, p. 558-581, Apr. 1994.

CHANTER, Tina. *Gênero: conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 17, p. 99-119, maio/ago. 2015.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 17, p. 99-119, maio/ago. 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRIEDAN, Betty. *The Feminine Mystique*. New York: W. W. Norton, 1971.

GUILLAUMIN, Colette. *Racism, sexism, power and ideology*. London and New York: British Library, 2003.

HELENA, Hirata. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. *Anais [...]*. São Luís: ANPEd, 2017.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1999.

TURCOTTE, Louise. Prólogo. In: WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid: Egales, 2006. p. 9-14.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid: Egales, 2006.

Recebido em janeiro de 2020.
Aprovado em jul. de 2020.